

Representa o Ministério da Justiça na Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

Assessoria Juridicamente a Direção de Serviços da Área Tutelar Educativa da DGRS.

Técnica Superior na Câmara Municipal de Coimbra — Área de Proteção de Menores (setembro de 2004 a setembro de 2009):

É designada e exerce as funções de Secretária da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra.

Docente nas sucessivas edições da Pós-graduação “Proteção de Menores — Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho”, promovida pelo Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (de 2007 a 2012).

Docente nas sucessivas edições do “Curso Breve de Pós-Graduação sobre Comissões de Proteção”, promovido pelo Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde 2013 à atualidade).

Docente no “II Curso de Pós-Graduação em Psicologia e Psiquiatria Forenses”, promovido pelo Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra e pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (2014).

Docente nas sucessivas edições do “Curso Intensivo em Direito da Família”, promovido pelo Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e IBDFAM-Brasil (desde 2014 à atualidade).

Formadora no “Curso sobre Direito de Família e das Crianças”, promovido pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (outubro de 2014).

Membro Permanente do Observatório Permanente da Adoção — Centro de Direito da Família da FDUC (desde setembro de 2007):

Participa da preparação de projetos legislativos como o que criou a medida tutelar cível do Apadrinhamento Civil;

Assume a função de relatora em projetos específicos.

Integra o Grupo “Direito e Vulnerabilidade” dinamizado pelo Centro de Direito da Família, no âmbito do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde janeiro de 2014).

209983943

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

Deliberação n.º 1703/2016

Atendendo à urgência de verificação das condições relativas aos tribunais a reabrir no âmbito da reestruturação do mapa judiciário, torna-se essencial a deslocação das equipas de apoio local às instalações em causa.

Face ao exposto, o Conselho Diretivo deste Instituto deliberou na sua reunião de dia 2 de setembro de 2016, que enquanto se mantiver essa urgência, a aprovação das deslocações a efetuar pelos trabalhadores afetos ao Departamento de Gestão de Empreendimentos fiquem delegadas no Vogal do Conselho Diretivo Senhor Engenheiro Vasco José Manso de Oliveira Costa, e as deslocações a efetuar pelos trabalhadores afetos ao Departamento de Serviços de Suporte Tecnológico e ao Departamento de Arquitetura de Sistemas, fiquem delegadas no Vogal do Conselho Diretivo Senhor Engenheiro Carlos Jorge da Costa Brito, com efeitos a partir daquela data.

25 de outubro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Joaquim Carlos Pinto Rodrigues*.

209971282

JUSTIÇA E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinetes da Ministra da Justiça e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Despacho n.º 13341/2016

De harmonia com o estatuído na alínea g) do n.º 1 do artigo 97.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Geral deste organismo é composto, além do mais, por três professores de Direito, designados por despacho conjunto dos Ministros da Justiça e do Ensino Superior.

Dois dos Senhores Professores que haviam sido designados para integrar o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários resignaram

ao cargo por razões de natureza pessoal, impondo-se, por essa razão, proceder à substituição respetiva.

Nessa conformidade, são designados para o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários:

- a) O Prof. Doutor Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- b) A Prof. Doutora Maria João da Silva Baila Madeira Antunes, Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

26 de outubro de 2016. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*. — 27 de outubro de 2016. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

209982971

CULTURA

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

Aviso n.º 13798/2016

Nos termos previstos na alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 99.º, ambos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35 /2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho, datado de 31 agosto de 2016, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna, na categoria, da técnica superior Alexandra Isabel Palmela Barbosa de Botelho, oriunda do Mapa de Pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P., passando a trabalhadora a ocupar um posto de trabalho no Mapa de Pessoal do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, na Direção de Serviços de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais. A trabalhadora mantém a mesma posição remuneratória e nível remuneratório da situação jurídico-funcional de origem, ou seja, entre a 9.ª e a 10.ª posição remuneratória e entre os níveis remuneratórios 42 e 45, em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 99.º da LTFP, tendo celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de setembro de 2016.

21 de outubro de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor*.

209983579

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Aviso n.º 13799/2016

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova em anexo a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que na sequência de procedimento concursal, aberto por aviso n.º 6457/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de maio, para ocupação de um posto de trabalho na carreira de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior na área de Gestão de Ciência e Tecnologia do mapa de pessoal da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P., foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a remuneração mensal de € 1.201,48, equivalente à 2.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 15, com o seguinte trabalhador:

Gonçalo Viterbo Revez Abruñhosa Sousa — com início a 01-09-2016;

Na sequência de deliberação do Conselho Diretivo, de 15 de setembro de 2016, e nos termos do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação foi autorizado o recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal acima referido, para ocupação de dois postos de trabalho na carreira de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior na área de Ciência e Tecnologia do mapa de pessoal da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P., tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a remuneração mensal de € 1.201,48, equivalente à 2.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 15, com os seguintes trabalhadores:

Ana Márcia Cardoso Loreto Ferreira — com início a 01-10-2016;
Francisco José Silva do Amaral Luís — com início a 01-10-2016.

27 de outubro de 2016. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Ana Maria Sanchez*.

209982169